



CERCANDO A CRIMINALIDADE

Mauro Mendes lança “Projeto Tolerância Zero” para combater o crime organizado



Projeto visa intensificar ações de segurança pública em Mato Grosso
Pág. 5



AGRO VS CONSERVAÇÃO



Foto: Reprodução

Chico 2000 no tabuleiro político: reconciliação em jogo para fortalecer o PL

Rafael Ranalli trabalha para unir o partido promovendo o diálogo entre os candidatos à mesa diretora da Câmara Municipal. Paula Calil, apoiada pelo novo prefeito eleito e 2000 o atual presidente da casa
Pág. 4



Foto: Mayke Toscano/Soccom-MT

AGRO VS CONSERVAÇÃO

PL que propõe retirar Mato Grosso da Amazônia Legal para aliviar custos no campo é rejeitada

O Projeto de Lei 337/22, de autoria do Deputado Federal Juarez Costa (MDB-MT), busca excluir o estado de Mato Grosso da área da Amazônia Legal. A proposta altera o Código Florestal e foi completamente recusada na última quinta-feira (21), pelo Deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara, ao declarar que “sua aprovação provocaria danos irreparáveis aos ecossistemas e aos serviços ambientais essenciais para a agricultura e a biodiversidade nacional”. [Leia mais na página 4](#)

PROSPERIDADE

Ciência dos números: numeróloga cuiabana conta como os números podem influenciar sua vida - Pág. 7



Débora Ramos, 37 anos, trabalha há três anos e meio com numerologia e destaca que conheceu esta área por interesse no autoconhecimento

Foto: Da Reportagem

Léo Bortolin
Prefeito de Primavera do Leste

“ A crise reflete tensões antigas em torno do acordo de livre-comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, em negociação há mais de 20 anos ”

Hora de reafirmar nossa força: defesa da produção nacional e do comércio justo

A recente decisão do Carrefour na França de suspender a compra de carnes produzidas no Mercosul - bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, causou surpresa e preocupação. Anunciada pelo CEO Alexandre Bompard, essa atitude levanta questões sobre suas reais motivações e impactos.

A crise reflete tensões antigas em torno do acordo de livre-comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, em negociação há mais de 20 anos. Enquanto países como Espanha e Alemanha apoiam o acordo, a França, sob a liderança de Emmanuel Macron, demonstra resistência. Durante o encontro do G20 no Rio de Janeiro, agricultores franceses protestaram contra o tratado, temendo concorrência desleal e impactos ambientais.

O Brasil, líder na exportação de carne bovina, é reconhecido por suas práticas sustentáveis e rigorosas normas de produção. Em 2023, segundo a ABIEC, o Brasil foi responsável por 27% das importações de carne bovina da UE fora do bloco. Os produtores brasileiros adotam legislações rigorosas e boas práticas agrícolas, garantindo qualidade e segurança alimentar para consumidores em todo o mundo.

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, foi rápido e assertivo em sua resposta, defendendo o que é nosso por direito. Ele argumentou, com razão, que tais afirmações são infundadas e parecem ser uma tentativa clara de criar barreiras comerciais contra os produtos brasileiros, reconhecidos por sua alta qualidade e competitividade no mercado internacional.



Imagem: Criada por Kleber Simioni utilizando recursos de Inteligência Artificial da Adobe

Em reação, as empresas JBS, Marfrig e Masterboi interromperam o fornecimento de carne bovina ao Carrefour. Além disso, instituições ligadas ao agronegócio como o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e a ApexBrasil repudiaram a decisão, chamando-a de "lamentável" e injustificada. Entidades como CNA, ABIEC, ABPA e Fiesp uniram-se em uma carta conjunta expressando descontentamento. Outras 44 organizações da cadeia da carne também divulgaram um repúdio oficial. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, sugeriu medidas de reciprocidade contra a França.

A decisão do Carrefour é reflexo de um movimento protecionista, visando atender aos interesses de agricultores franceses em detrimento de uma concorrência justa. Como prefeito de Primavera do Leste e presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, expresse minha solidariedade e apoio a todos os produtores que se dedicam diariamente para levar o melhor da nossa produção ao mundo. Endosso ple-

namente o posicionamento do governador Mauro Mendes e de todas as instituições que se manifestaram contra essa decisão.

É momento de diálogo e de reafirmarmos a qualidade e a sustentabilidade da nossa produção. Não podemos permitir que atitudes protecionistas prejudiquem o desenvolvimento econômico e social do nosso país e dos municípios de Mato Grosso.

Leo Bortolin

é Prefeito de Primavera do Leste e Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios

EDITORIAL

Prevenção faz bem



O Dezembro Vermelho marca uma grande mobilização nacional na luta contra o vírus HIV, a Aids e outras IST (infecções sexualmente transmissíveis), chamando a atenção para a prevenção, a assistência e a proteção dos direitos das pessoas infectadas com o HIV.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) reforça que beneficiários de planos de saúde têm direito a coberturas obrigatórias que permitem o diagnóstico e o acompanhamento da Aids. O Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da reguladora garante acompanhamento médico por meio de consultas, em número ilimitado de atendimentos, inclusive com especialistas (infectologistas), além de assegurar, exames laboratoriais Anti-HIV, pesquisa de anticorpos, antígeno P24, carga viral por PCR, NASBA, BDNA e teste qualitativo por PCR, e teste rápido para detecção de HIV em gestantes. O Rol também determina cobertura para o teste de genotipagem do HIV para os casos suspeitos de resistência viral e/ou risco de falha terapêutica, exames de qualificação no sangue do doador e prova pré-transfusional no sangue do receptor.

Também é importante ressaltar que as operadoras de planos de saúde estão proibidas de recusar clientes em função de serem portadores de doenças preexistentes - como os portadores do vírus HIV - não podem excluir beneficiários usando estes motivos.

Atenta à importância da prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) - como a Aids, a Agência estimula os planos de saúde na realização de Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças - Promoprev, oferecendo cuidado contínuo a cerca de 2,8 milhões de beneficiários.

A Aids no Brasil

Nos últimos dez anos, o Brasil registrou queda de 25,5% na mortalidade por Aids. Apesar da redução, cerca de 30 pessoas morreram de aids por dia no ano passado.

De acordo com o Ministério da Saúde, 92% das pessoas em tratamento no país já atingiram o estágio de estarem indetectáveis, ou seja, estado em que a pessoa não transmite o vírus e consegue manter a qualidade de vida sem manifestar os sintomas da Aids. Essa conquista se deve ao fortalecimento das ações do Ministério da Saúde para ampliar a oferta do melhor tratamento disponível para o HIV, com a incorporação de medicamentos de primeira linha para tratar os pacientes.

EXPEDIENTE

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 99692-0641

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

CHARGE
Fred

PAUTA
redacaoocopopular1@gmail.com
admocopopular1@gmail.com

copopular.com.br



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA
FOGO

Atraso salarial

Uma representação formal do Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso que aponta reiterados atrasos salariais e irregularidades na Saúde do Município de Cuiabá, foi encaminhada ao Ministério Público de Mato Grosso, ao Ministério Público de Contas e à equipe de transição do prefeito eleito Abílio Brunini. Os médicos cobram o pagamento e que o prefeito Emanuel Pinheiro seja investigado.

Acabaram as trevas em Cuiabá



Na reta final para posse do prefeito eleito Abílio Brunini, Mauro Mendes disse que a saída do prefeito Emanuel Pinheiro simboliza o fim do "período das trevas" em Cuiabá. "A grande intervenção o cidadão já fez. Botou para correr todo aquele grupo que está lá. Mas, eu assinei com o secretário de Saúde notificando o Ministério Público e Tribunal de Contas porque está um caos. Já parou um monte de serviços no HMC e alguém tem que tomar providência: os órgãos de controle. Vai morrer gente se nada for feito no apagar luzes desse período das trevas em Cuiabá".

Duras críticas



O Secretário da Seduc, Alan Porto foi alvo de duras críticas dos parlamentares durante sessão. O motivo do descontentamento, segundo os mandatários, é a falta de diálogo para atender as demandas enviadas à pasta. Eduardo Botelho pontuou que os deputados não são ouvidos quando levam sugestões à Seduc sob a justificativa de que a pasta "já possui um planejamento". O descontentamento foi exposto após o deputado Sebastião Rezende criticar a extinção da escola estadual na comunidade Aparecida do Leste, em Poxoréu. "Eles não conversam e nem escutam os deputados. Se ir lá, a gente não vale nada. O secretário simplesmente diz que já tem um planejamento. Nós que somos eleitos para propor políticas públicas não estamos valendo nada. Tem que entender que o governo é feito de uma junção. Essa é uma reclamação", disse.

Renuncia de cargo



O advogado Pedro Henrique Marques, que ficou em quarto lugar na disputa pela presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, renunciou ao cargo de procurador-geral de defesa das prerrogativas da OAB/MT. Em comunicado feito em rede social, ele disse que foi "calado" na instituição. "Se dentro da OAB tive minha voz calada e minhas mãos amarradas, seguirei de fora com o mesmo propósito. Renuncio ao cargo de procurador-geral de defesa das prerrogativas da OAB/MT torcendo para que o próximo nomeado possa trabalhar livremente pela advocacia sem medo de desagradar juizes, promotores, desembargadores ou governadores. Devolvo o cargo à Presidente Gisela Cardoso, registrando: "Parar não paro, esquecer não esqueço; Se caráter custa caro, pago o preço".

Caos na saúde



Fábio Garcia afirma que uma nova intervenção na Saúde de Cuiabá não seria positiva devido à iminência da troca de prefeito. Ele defende medidas menos drásticas neste momento, porém, sem tirar a responsabilidade do prefeito Emanuel Pinheiro pelo "caos", como avaliou. "Nós estamos a um mês para que o novo prefeito assuma o município de Cuiabá, talvez a gente possa fazer aí uma medida menos enérgica neste momento, até porque a intervenção é um processo, mudam-se secretários, muda-se estrutura e nós temos apenas 30 dias para terminar o ano e depois vai haver outra mudança de secretário, outra mudança de estrutura para o novo prefeito que tá chegando. Portanto, o governo está à disposição para sentar com o Ministério Público para a gente poder encontrar uma forma que possa amenizar o problema da Saúde na capital", argumentou.

Margareth Buzetti - Senadora

“A política virou uma batalha de ego”, afirma Senadora ao analisar embate entre Lula e Bolsonaro



Nascida em Concórdia, no oeste de Santa Catarina, Margareth Buzetti (PSD-MT), 64 anos, é uma empresária e política brasileira. Mãe de duas filhas e avó de dois netos, Margareth atualmente é senadora pelo estado de Mato Grosso, preside a Associação Brasileira do Segmento da Reforma de Pneus (ABR) e é vice-presidente da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Cuiabá (Aedic), entidade que presidiu por dois mandatos.

Representante de Mato Grosso no Senado, Margareth se destaca por seus posicionamentos equilibrados em debates sensíveis, abordando desde pautas econômicas até pautas sociais urgentes. Em recente entrevista a senadora enfatiza a importância de criar novas lideranças para diminuir a polarização política que domina o país.

“ A política virou uma disputa de ego, e nenhum lado parece disposto a ceder espaço para o surgimento de novas possibilidades ”

Da redação

Centro Oeste Popular — Recentemente houve o anúncio da isenção do pagamento de impostos para pessoas com renda inferior a 5 mil reais. Qual sua opinião referente a este novo pacote?

Margareth Buzetti — Ouvi este projeto ontem, e ele ainda não chegou ao Senado por escrito para nós. É importante ver o que está escrito, porque nas entrelinhas ficam muitos ditos. Preciso ver o que o governo está disposto a sacrificar para não penalizar a população, porque sempre recai sobre a população qualquer decisão mal feita. Mas tenho algumas dúvidas por isso, preciso ler o documento por escrito. Está certo isentar uma faixa maior do imposto de renda, mas quem deveria arcar com essa diferença é o próprio governo, não a população pagar por isso, porque, dentro da reforma tributária, já tivemos um aumento violento de tributos.

Centro Oeste Popular — O ministro da Fazenda disse que, em dois anos, a economia chegaria a 70 bilhões. A senhora acha esse valor justo? Acha também que essa reforma poderia ser ainda mais dura ou ele fez o que pôde?

Margareth Buzetti — Tenho certeza de que ele fez o que era possível. Tem que existir um equilíbrio entre o lado fiscal e o lado político. Uso as emendas como exemplo: hoje os parlamentares legislam a troco de emenda, e acho um absurdo, mas é assim que o sistema funciona. O Brasil é um país imenso e não tem motivo para existir esse déficit na economia. Esse é um resultado de um descontrole das contas públicas, que realmente precisa de medidas duras, porque não existe solução doce. Isso não é um problema deste governo; é uma questão que vem piorando a cada governo e fez chegar onde chegamos.

Centro Oeste Popular — Existe ainda muita polarização na política, e a senhora falou recentemente sobre a necessidade de novas lideranças no cenário. Como a senhora encara esta polarização?

Margareth Buzetti — A polarização está aí, e todos sabem que ela está cada vez pior. Tivemos 8 de janeiro, anistia e agora o indiciamento do Bolsonaro, e a coisa só vai piorando. Fico muito preocupada com os rumos que o país está tomando. Tínhamos que sentar e pensar em quanto benéfico seria para o país formar novas lideranças. Mas o que existe é uma briga de ego, e nenhum dos lados está disposto a deixar que isso aconteça. PT sem Lula não existe, e Bolsonaro sem a polarização também não. Surgiu a possibilidade de o Tarcísio disputar as eleições, mas Bolsonaro bateu no peito e disse que quem corre é ele, sendo que está inelegível. É triste ver que não estão dispostos a cumprir o papel de um bom gestor, que é, também, criar um novo líder.

Centro Oeste Popular — O Bolsonaro e mais 36 pessoas foram indiciadas por uma trama golpista contra o Estado de Direito. Quería saber como a senhora está acompanhando este processo.

Margareth Buzetti — É uma situação muito delicada. São tantos discursos tentando terceirizar uma culpa. Tenho pena de quem ficou na frente dos quartéis; ali tinham pessoas que estavam confiando que deveria acontecer algo diferente. Óbvio que tinham pessoas que estavam incitando algo, mas também tinham pessoas de idade ali. Se Bolsonaro tivesse aceitado a derrota e se posicionado perante estas pessoas, nada disso teria acontecido. Sobre o golpe, não sei como foi construído, se foram os militares ou se ele estava realmente junto. Agora, é extremamente grave que pessoas tenham sofrido uma lavagem cerebral por isso, permaneceram lá.

Centro Oeste Popular — Temos aí a PEC que, caso seja aprovada, proíbe o aborto que até então é permitido por lei. Há quem diga que este é um atentado contra os direitos femininos adquiridos até hoje. Qual sua posição sobre essa PEC? Se chegar até a Câmara, qual seria seu voto?

Margareth Buzetti — É uma discussão

bem delicada para nós, mulheres. Eu jamais faria um aborto, mas acho um retrocesso e não entendo por que dessa discussão. Não admito nenhum homem pautando este assunto, seja ele padre ou juiz. A única pessoa que pode decidir sobre isso é a mulher que está na situação e, se ela quiser fazer o aborto, ela vai fazer, ilegalmente, de qualquer forma. É delicado porque, se eu falo que sou a favor do aborto, bolsonaristas dirão que sou petista. Apenas me coloco no lugar do outro. Quería perguntar aos homens: se eles pudessem gestar uma criança e fossem estudados, votariam do mesmo jeito? Conheci uma menina de 10 anos que ficou grávida do avô e não tinha condições de levar a gravidez para frente. Ouvi a Coronel Fernanda falando sobre a PEC e queria que ela se colocasse no lugar do outro. Se fosse uma filha dela nessa posição, será que ela pensaria da mesma forma? Essa discussão é uma agressão, parece uma cortina de fumaça para o que realmente interessa.

Centro Oeste Popular — Hoje temos muita preocupação com o feminicídio, mas a agressão contra a mulher é um caminho de várias situações anteriores que resultam neste ato. O que a senhora acha que poderia ser feito para acabar com o problema na raiz?

Margareth Buzetti — Para isso temos a educação. Precisamos mostrar para as crianças que meninos e meninas são iguais, isso desde atos como lavar a louça. Criar esta igualdade é necessário. O feminicídio começa ali no ciúme, e depois passa para as ofensas verbais e, de repente, já está nas agressões físicas. Mexemos no pacote do feminicídio e agora existe a possibilidade de um cara que comete lesões físicas ir para a cadeia. Estar preso é a punição máxima, mas precisamos educar homens para que não seja necessário. Aqui em Mato Grosso, temos um índice muito alto de agressão contra a mulher; só este ano foram mais de 40 feminicídios. Algo precisa ser feito.

AGRO VS CONSERVAÇÃO

Chico 2000 no tabuleiro político: reconciliação em jogo para fortalecer o PL

Rafael Ranalli trabalha para unir o partido promovendo o diálogo entre os candidatos à mesa diretora da Câmara Municipal. Paula Calil, apoiada pelo novo prefeito eleito e 2000 o atual presidente da casa

■ | Yasmin Yegros | Da Redação

Valendo-se de sua proximidade com o presidente do Paschoal Moreira, Chico 2000 (PL), o vereador eleito Rafael Ranalli (PL) afirmou que pretende atuar para manter o aliado no partido. Entretanto, o líder do legislativo, está ressentido com a sigla após ter sido excluído da disputa pela eleição à mesa diretora da Casa.

O prefeito eleito Abílio Brunini (PL) indicou a vereadora Paula Calil (PL) para concorrer à presidência da Câmara, liderando uma chapa exclusivamente feminina. Chico, por sua vez, ficou afastado das negociações e não participou do processo, apesar de articular a própria reeleição.

O presidente chegou a cogitar apoiar o vereador Jeferson Siqueira (PSD), adversário do PL, na disputa pela cadeira, após ser marginalizado das articulações. Na semana passada, Siqueira afirmou que 2000 havia declarado apoio à sua candidatura, mas o presidente não confirmou publicamente.

Rafael relatou os esforços para reaproximar Chico do partido, após o vere-



Chico 2000, líder do legislativo, está ressentido com a sigla após ter sido excluído da disputa pela eleição à mesa diretora da Câmara de Cuiabá

ador demonstrar mágoa por não ter sido incluído. Segundo Ranalli, ele teria sido responsável por organizar um encontro entre ele e Calil. “Faço questão dessa conciliação. Trouxe a Paula para tentar aparar essas arestas. Acho que, como PL, temos que andar junto, ainda mais com o Chico, que fez uma boa administração nesses dois anos. Particularmente, quero ele nesse processo, gostaria muito

que fizesse parte do time, e faço votos para que isso aconteça”.

Explicou que, inicialmente, o líder estava magoado, pois, não havia tido nenhuma conversa anterior sobre o assunto. Paula também manifestou interesse em conhecê-lo, e Ranalli tomou a iniciativa de organizar o encontro. Afirmou que foi apenas o começo de uma tentativa de aproximação e que ainda há tempo para ajustes. “Temos 60 dias, e

acredito que ninguém deste lado vai comungar com o outro, que é uma chapa contrária à nossa. Acredito que a oportunidade maior está conosco. Até porque, tem os cinco dissidentes, que dificilmente irão para o lado oposto. É só uma questão de ajuste”.

Quando questionado sobre a demora em procurar 2000 para o diálogo, o bolsorista discordou que seja tarde demais. Destacou sua relação próxima com o vereador e reiterou que sempre defende que o próximo presidente da Câmara seja do Partido Liberal.

“Pelo pouco contato que tenho na Câmara, o principal é com o Chico, que considero um amigo, sempre troco ideia com ele. Tanto é que em todas as entrevistas falaram que faço questão do próximo presidente ser do PL. Excluindo a Samantha sobre quem? Chico, Paula e eu. Como veio o advento dessa chapa feminina, estamos apoiando a Paula, mas faço questão de o Chico estar junto”, afirmou.

Também comentou sobre a resistência ao nome da vereadora, já que o cargo normalmente é conquistado por veteranos da Casa e Calil está em seu primeiro mandato, mas afirmou que sua candidatura está bem estruturada, pois, “tem construção do grupo de apoio do prefeito eleito, que fez questão de referenciar o nome dela”.

“Vejo que tudo aqui é muito cíclico. Hoje, o nome consolidado é o dela, e espero que continue assim até o fim. Se não fosse a Paula, na minha opinião seria o Chico que contemplaria os antigões, pelo fato da experiência”, completou.

Sobre o encontro entre os adversários, revelou que a conversa foi apenas de cunho social, para promover um primeiro contato, sem entrar em detalhes sobre a Mesa Diretora. Porém, julga que outros momentos podem acontecer para tratar desses assuntos e reforçar a aproximação.

AGRO VS CONSERVAÇÃO

PL que propõe retirar Mato Grosso da Amazônia Legal para aliviar custos no campo é rejeitada

Proposta visa reduzir exigências de reserva ambiental no estado, gerando controvérsias sobre o impacto ecológico e os recursos utilizados para o setor agropecuário

■ | Yasmin Yegros | Da Redação

O Projeto de Lei 337/22, de autoria do Deputado Federal Juarez Costa (MDB-MT), busca excluir o estado de Mato Grosso da área da Amazônia Legal. A proposta altera o Código Florestal e foi completamente recusada na última quinta-feira (21), pelo Deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara, ao declarar que “sua aprovação provocaria danos irreparáveis aos ecossistemas e aos serviços ambientais essenciais para a agricultura e a biodiversidade nacional”.

Costa, em sua defesa de projeto, explicou que o objetivo é diminuir a área de reserva exigida no estado. O Código Florestal obriga que propriedades rurais mantenham uma porcentagem de seu território com vegetação nativa para reserva ambiental. Para as propriedades localizadas na Amazônia Legal, as exigências são mais rigorosas: 80% se situado em áreas de floresta, 35% no cerrado e 20% em campos gerais. Já fora da região amazônica, o percentual obrigatório é de 20%.

Ele argumenta que a redução do local protegido para 20% em Mato Grosso ajudaria a aliviar os custos elevados para os produtores, que precisam manter até 80% de suas terras sem uso agrícola.

“No Brasil como um todo, há pouco mais de 11 milhões de hectares de déficit de reserva legal, 21,7% em Mato Grosso. O custo econômico para recuperação das reservas legais, ou para compensação dessa imensa área, seria muito grande e injustificável para uma das regiões agrícolas mais importantes do País”, observa o autor.

O projeto de lei foi apresentado em fevereiro de 2022 e, desde março daquele ano, está sob análise da CMADS. O parecer do relator Chrisóstomo, divulgado na quinta-feira, se opõe à proposta, argumentando que o Código Florestal já havia flexibilizado as regras ambientais, com a anistia de desmatamentos anteriores a 2008 e a facilitação da compensação de reservas legais.

O deputado também destaca que a proposta pode incentivar o desmatamento, em vez de promover o desenvolvimento sustentável, ao modificar novamente a legislação (Código Florestal) para reduzir ainda mais as proteções ambientais.

Além disso, compromete os esforços de desenvolvimento sustentável e desconsidera a complexa realidade ambiental e legal da região. “Os impactos



A redução das reservas legais comprometeria serviços ecossistêmicos essenciais para a economia matogrossense, como a polinização - que contribui para 35% da produção mundial de alimentos

da modificação proposta pelo projeto em tela seriam profundos. A redução das reservas legais comprometeria serviços ecossistêmicos essenciais para a economia matogrossense, como a polinização - que contribui para 35% da produção mundial de alimentos - e a recarga do lençol freático, fundamental para a segurança hídrica e a própria produção agrícola”, retificou.

Instituída por lei em 1953, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), outros estados que compõem a Amazônia Legal, além de Mato Grosso, inclui o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Nesses locais, é indicado que as propriedades mantenham 80% de cobertura vegetal original nas áreas florestais, visando assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da região.

O parecer de Chrisóstomo ainda precisa ser aprovado pelos membros da comissão antes de seguir para outras etapas legislativas. Não há previsão de quando a votação ocorrerá.

Em 2023, Mato Grosso tinha 51% das suas áreas desmatadas legalmente, o que representa um aumento significativo em relação a 2019, quando esse índice era de apenas 5%.

O Deputado Estadual Carlos Avallone, presidente da Comissão de Meio Ambiente de Mato Grosso, declarou que a proposta de exclusão de Mato Grosso da Amazônia Legal não faz sentido, já que o estado abriga uma parte do bioma amazônico.

Avallone afirmou que a questão não é política, mas sim geográfica, e que a proposta não é adequada ao período atual. “Era um assunto que estava fora. Já tinha me posicionado na Comissão de Meio Ambiente, desta forma, apesar do projeto ser de âmbito federal, nós aqui da Comissão éramos contrários. A principal, a ideia de retirada parecia ser para deixar alguma coisa para as lavouras, em sentido comercial e de expansão. Se a intenção era essa, não cabe neste momento”, concluiu.

DESCONEXÃO

Governo de Mato Grosso proíbe celulares nas aulas para tentar reduzir distrações e melhorar o foco no ensino

A medida aprovada é baseada em pesquisa com pais de alunos e determina que os dispositivos sejam guardados desligados ou em modo silencioso nas salas, permitindo apenas o uso de equipamentos fornecidos pela Secretaria de Educação

■ | Yasmin Yegros | Da Redação

O Projeto de Lei 1648/2024, de autoria do governador Mauro Mendes, foi aprovado em redação final na Assembleia Legislativa de Mato Grosso nesta quarta-feira (27), proíbe o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos com telas digitais nas salas de aula das escolas públicas estaduais. A proposta, elaborada pelo governo do estado, foi baseada em uma pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc), que consultou cerca de mil pais de alunos. O levantamento revelou que 86% dos pais apoiam a medida de restrição.

A lei estabelece que os dispositivos eletrônicos deverão ser guardados desligados ou em modo silencioso nas mochilas dos estudantes durante o período de aula. Apenas os equipamentos fornecidos pela Seduc, como notebooks, Chromebooks e smart TVs, poderão ser utilizados em sala de aula, exclusivamente para fins pedagógicos e sob a supervisão dos professores. A proposta busca combater a distração dos alunos e melhorar o foco no aprendizado, especialmente diante dos desafios que o uso excessivo de tecnologia impõe à educação.

O governo estadual justifica a necessidade da medida com base em dados sobre os efeitos negativos do uso de dispositivos móveis entre crianças e adolescentes. Segundo a Secretaria de Educação, a presença constante de celulares nas salas de aula tem comprometido a atenção dos estudantes, prejudicando seu desempenho acadêmico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta para os impactos do uso excessivo de telas digitais na saúde mental de crianças e adolescentes, enquanto estudos acadêmicos indicam que o uso de celulares pode diminuir a capacidade de concentração e atrapalhar o processo de aprendizagem.

Além disso, o Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2023, da UNESCO, reforça a importância de ambientes escolares livres de distrações tecnológicas. A organização internacional aponta que a ausência de dispositivos móveis nas escolas pode melhorar a interação entre alunos e professores, além de favorecer a concentração e a assimilação do conteúdo pedagógico.

O projeto de lei aprovado segue uma tendência observada em outros estados do Brasil. Em São Paulo, por exemplo, a Assembleia

Legislativa aprovou recentemente uma lei que restringe o uso de celulares e outros dispositivos móveis em escolas públicas e privadas, com exceção de situações relacionadas ao ensino. A legislação paulista também foi baseada em pesquisas que demonstraram que a maioria dos pais e educadores apoiam a restrição do uso desses dispositivos no ambiente escolar.

Além disso, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ao nível federal, aprovou uma proposta semelhante que proíbe o uso de celulares e dispositivos eletrônicos nas escolas de educação básica, tanto públicas quanto privadas, incluindo durante os intervalos e recreios. Com objetivo de proteger crianças e adolescentes dos efeitos adversos do uso inadequado de tecnologia, também inclui a proibição do porte de celulares da educação infantil e dos anos iniciais do fundamental.

Para o presidente da assembleia legislativa, Eduardo Botelho, que também é professor por formação, formado em licenciatura, a iniciativa é um passo importante para diminuir as distrações. “O celular, primeiro que ele distrai o aluno, segundo cria um meio de ficar prestando atenção, filmando, cria confusão, problemas. Então é um passo importante aprovar essa lei que veio do governo, essa decisão do governador, que inclusive já foi feita em São Paulo, já tinha sido aprovada. Acredito que escola é para estudar, olhar para o professor, para se concentrar, não tem que ficar olhando o celular”, declarou.

Em Mato Grosso, o PL ainda passará por uma última votação na Assembleia antes de ser enviado para sanção do governador. A aprovação do projeto está alinhada com as políticas educacionais que buscam melhorar o ambiente escolar, reduzir distrações e incentivar o uso responsável da tecnologia.

Por outro lado, o uso de celular em sala para fins estritamente pedagógicos, em todos os anos da educação básica é permitido, além do uso para fins de acessibilidade, inclusão e condições médicas.

Em relação à permissão de uso aos alunos com deficiência, mesmo na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, independentemente da atividade pedagógica, a ideia é garantir a acessibilidade cada vez mais frequente na forma de aplicativos.

CERCANDO A CRIMINALIDADE

Mauro Mendes lança “Projeto Tolerância Zero” para combater o crime organizado

Projeto visa intensificar ações de segurança pública em Mato Grosso

■ | Pablo Vicente | Da Redação

O Governador Mauro Mendes apresentou, o projeto Tolerância Zero, um programa que visa combinar medidas operacionais e administrativas para o combate ao crime organizado em Mato Grosso. A iniciativa surge como uma resposta aos recentes avanços da criminalidade no estado e também moderniza a atuação do estado na segurança pública.

O projeto prevê a criação da Secretaria de Justiça (SEJUS), que será responsável pela gestão do sistema penitenciário, socioeducativo e pela política estadual sobre drogas. Esta nova secretaria é um desmembramento da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP). “Chegamos à conclusão de que, neste momento, é preciso termos o controle do nosso sistema prisional”, disse o Governador. Essa mudança administrativa acontece para que o crime organizado tenha um enfrentamento exclusivo, enquanto a SESP se dedica às operações de inteligência e policiamento ostensivo.

A nova secretaria será liderada pelo delegado Victor Hugo Bruzolato e pelo chefe de Departamento Penal, André Fernandes, como secretário adjunto.

Além disso, será implementado um centro de monitoramento para todas as penitenciárias do estado, com câmeras conectadas ao programa Vigia Mais MT. A implementação dessa tecnologia, que vem mostrando resultados no estado, permitirá que ações sejam acompa-



O Comitê Integrado de Combate ao Crime Organizado é mais um ponto de destaque dentro do projeto, que visa a articulação contra a criminalidade

nhadas em tempo real, fortalecendo o trabalho das equipes de segurança. “Tudo será integrado e acompanhado por uma sala dentro da Secretaria de Segurança. Essas são algumas das propostas para erradicar e vencer essa praga que é o crime organizado”, comentou o secretário de Segurança Pública, Roveri.

Outra iniciativa-chave é a criação de quatro delegacias especializadas para uma atuação mais estratégica em algumas das cidades do estado. As unidades terão foco no combate à lavagem de dinheiro e na recuperação de ativos desviados por facções. “O crime organizado cresce e muda suas estratégias rapidamente. Precisamos, por parte do estado, de novas estratégias mais inci-

sivas para combater o crime organizado”, afirmou Mauro Mendes.

O Comitê Integrado de Combate ao Crime Organizado é mais um ponto de destaque dentro do projeto, que visa a articulação contra a criminalidade. Reunindo lideranças da SESP, SEJUS, Polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, GAECO, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e OAB-MT, o comitê terá a função de monitorar e propor ações conjuntas contra facções.

A presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela Cardoso, celebrou a iniciativa e reforçou o papel da entidade no processo: “Esse pacote Tolerância Zero ao crime organizado é um mo-

vimento que a sociedade toda esperava e que recebe, tenho certeza, com muita confiança nos resultados. Combater o crime organizado é um grande desafio, e o senhor, governador, destacou com muita clareza a necessidade de união para que possamos todos enfrentá-lo e combatê-lo. A OAB está com o Governo do Estado nessa luta em prol do Estado e da sociedade e seremos grandes parceiros”, afirmou.

Algumas opiniões sobre essas ações não são tão favoráveis, como é o caso de Orlando Perri, que, em recente entrevista, comentou que o programa não é suficiente para o combate e defende a criação de um mecanismo eficiente de bloqueio de celulares. “Precisamos de um mecanismo eficiente para bloquear os celulares dentro das unidades prisionais”, ele afirmou, ponderando que o problema não será resolvido apenas com a criação de mais leis. “Isso já temos em grande quantidade”, finalizou.

Por outro lado, o Procurador-Geral do Ministério Público de Mato Grosso, Deosdete Cruz, parabenizou o foco em ações integradas, mas ressaltou a necessidade de uma atualização legislativa. “Estamos lutando contra facções com ferramentas do século passado. Estamos em desvantagem”, pontuou.

Na Assembleia Legislativa, a repercussão do projeto também foi positiva. Eduardo Botelho, presidente da casa, destacou os avanços da segurança pública nos últimos anos: “Nossa Segurança Pública avançou muito. A Polícia Militar está muito bem equipada e bem treinada, tem dado resposta eficaz, sobretudo àqueles que querem fazer enfrentamento com a polícia. A Polícia Civil tem sido eficaz na elucidação de crimes, e tenho certeza de que todos veremos resultados em breve”, afirmou.

O Governo de Mato Grosso planeja apresentar resultados preliminares em até seis meses, com o início das operações, novas delegacias e o funcionamento pleno do centro de monitoramento. Mendes afirma que o programa é apenas a primeira parte de um projeto mais amplo de combate ao crime organizado.

mt.gov.br

IDEB: A EDUCAÇÃO ESTADUAL SALTOU DA 22ª PARA A 8ª POSIÇÃO



Enis da Silva
Professora da Rede Estadual

Com investimentos em infraestrutura, tecnologia e valorização profissional, os resultados já estão aparecendo.



*Resultado do IDEB Ensino Médio

EDUC
AÇÃO
10 anos



Governo de
Mato
Grosso

VAMOS UNIR
MATO GROSSO

EM UM



GESTORES MUNICIPAIS
E COORDENADORES
ESCOLARES, APONTE A
CÂMERA E SAIBA MAIS.



Em parceria com os municípios, o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, por meio do Núcleo Gestor da Justiça Restaurativa (NUGJUR), está promovendo a cultura de paz em diversas escolas do estado. Esse trabalho tem beneficiado não apenas os alunos, mas também as equipes docentes, familiares e toda a comunidade.

31 termos de cooperação técnica assinados

29 leis municipais criadas

1.812 facilitadores formados

4.478 círculos de construção de paz realizados

44.000 participações

Iniciativa:



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO



NUGJUR
NÚCLEO GESTOR DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

Apoio:



ALMT
Assembleia Legislativa

PROSPERIDADE

Ciência dos números: numeróloga cuiabana conta como os números podem influenciar sua vida

Devido à flexibilidade de horário e local, a nova profissão vem conquistando um novo espaço no mercado e garantindo mais tempo com a família

■ | Ana Carolina Guerra | Da Redação

A numerologia é uma prática que estuda a relação mística entre os números e os eventos da vida. Ela tem origens antigas e remonta a várias culturas ao redor do mundo. Não há um ponto único de origem, mas é possível identificar algumas influências principais que contribuíram para o desenvolvimento dessa tradição.

As primeiras manifestações de numerologia podem ser encontradas no Antigo Egito e na Babilônia, onde os números já eram vistos como possuidores de significados espirituais e cósmicos. Os egípcios, por exemplo, acreditavam que os números estavam intimamente ligados à ordem do universo, e os babilônios, com seus conhecimentos avançados de matemática e astronomia, também usavam a simbologia numérica em suas práticas religiosas e astrológicas.

No entanto, o filósofo grego Pitágoras, que viveu entre os séculos VI e V a.C., é amplamente reconhecido por ter estruturado um sistema de numerologia mais elaborado. Para Pitágoras, os números não eram apenas ferramentas matemáticas, mas elementos fundamentais para compreender a natureza do universo. Ele acreditava que tudo, desde as estrelas até as emoções humanas, podia ser explicado por meio dos números. Seu sistema atribuía valores simbólicos a diferentes números, sendo o 3 considerado sagrado e o 7, um número com forte significado místico.

Além das influências gregas, a numerologia também se desenvolveu em outras culturas. Na China, por exemplo, o feng shui utiliza a numerologia como uma ferramenta para organizar o espaço e alcançar o equilíbrio. Na Índia, a numerologia védica é utilizada para fins espirituais e divinatórios, aplicando números de forma a promover harmonia e entendimento da vida.

Durante a Idade Média, a numerologia foi incorporada ao cristianismo místico, sendo es-

Foto: Da Reportagem



Débora Ramos, 37 anos, trabalha há três anos e meio com numerologia e destaca que conheceu esta área por interesse no autoconhecimento

de faca, estava perdida. Tinha acabado o meu casamento, morava no sul e voltei para Cuiabá. Então, busquei a numerologia para me conhecer", comenta.

Débora conta, com exclusividade, que sua primeira cliente veio através de um pequeno problema com o suporte do curso, onde conseguiu fidelizar e pôr em prática seus conhecimentos. Após esse atendimento, percebeu que ali era o seu lugar e que não conseguiria realizar outra profissão.

De pouco em pouco, novos clientes foram aparecendo e, após um vídeo publicado em suas redes sociais, descrevendo sobre a carreira de Marília Mendonça, a carreira de Débora alavancou.

A cuiabana explica que trabalha com a numerologia cabalística e que oferece diversos cursos gratuitos na internet, onde as pessoas podem aprender e iniciar os trabalhos.

A diferença de seu trabalho para os encontrados na internet está na forma como ela trabalha. Débora é especialista na frequência do nome e garante ao cliente suporte contínuo. Durante uma análise, explica detalhadamente e fica à disposição para sanar as dúvidas.

Com base em seu conhecimento, a profissional reforça a importância de uma análise com qualidade e de que as pessoas precisam buscar entender melhor sobre o potencial de seu nome ou do nome da empresa.

"Tenha conhecimento, saiba o nome que você está dando à sua empresa, saiba o que o seu nome traz de potencialidade, saiba o momento em que você vai tomar a decisão. Porque só pela data de nascimento você já tem ali a energia e pode ter um direcionamento. Além disso, tenha autoconhecimento e procure a numerologia empresarial, que é a mesma coisa da pessoal, só que voltada para a empresa", finaliza.

tudada por pensadores como São Agostinho e o filósofo ocultista Ramon Llull. Durante o Renascimento, o interesse pela numerologia foi renovado, sendo associada ao ocultismo e à alquimia, e recebendo uma nova interpretação no contexto das tradições esotéricas.

A numerologia moderna é uma síntese dessas diversas influências e se concentra principalmente na análise de nomes e datas de nascimento. Através dessa análise, os numerólogos buscam interpretar a personalidade, os desafios de vida e até mesmo o destino de uma pessoa, atribuindo significados simbólicos aos números associados a esses aspectos. Embora a numerologia não seja considerada uma ciência, ela continua sendo uma prática popular em muitas culturas, atraindo aqueles que buscam entender melhor a si mesmos e o universo ao seu redor.

Devido ao amplo conhecimento e à abertura de novas possibilidades, diversas pessoas estão em busca de autoconhecimento e procurando cada vez mais profissionais capacitados nesta área.

Em 2022, o estado de Minas Gerais convidou um especialista na área cabalística para analisar o ex-presidente Jair Bolsonaro e o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pedro Martins esclarece que a Numerologia Cabalística é uma ciência hermética que re-

vela e explica o poder do nosso nome e data de nascimento. O profissional ressalta que todos possuem um propósito aqui, que nossa existência tem um significado, e a numerologia nos ajuda a compreendê-lo. São considerados os números de 1 a 9, além dos mestres 11 e 22.

Analisando o número de Jair Bolsonaro nas urnas, considera o número 22 como sendo de grande força. De acordo com o especialista, figuras políticas influentes e diplomatas geralmente possuem uma conexão com esse número, pois, ele simboliza um espírito internacionalista, com o desejo de transformar o mundo através do poder e de influenciar pessoas.

Além de Paulo, existem diversos profissionais capacitados, inclusive na capital mato-grossense. Débora Ramos, 37 anos, trabalha há três anos e meio com numerologia e destaca que conheceu esta área por interesse no autoconhecimento. Durante o término de seu casamento e mudanças repentinas na rotina, enxergou a necessidade de aprimorar seus conhecimentos e encontrar o caminho correto.

"A numerologia entrou na minha vida para eu me entender. Porque estava dando murro em ponto

HOTEL MATO GROSSO

AGUAS QUENTES

Conforto e Natureza, Juntos em Harmonia.

Delicie-se com sabores únicos

Descanse em acomodações aconchegantes

Diversão e tranquilidade para toda a família

Reserve agora e viva momentos que aquecem o coração!

BR 364, Km 77, Serra de São Vicente, Santo Antônio do Leverger
- MT, 78000-000

(65) 2018-0444

Acesse a agenda da ALMT e acompanhe esses e outros assuntos:



Conecte-se conosco nas redes sociais e faça parte dessa transformação!

Canal 30.1 | 89,5 fm | al.mt.gov.br | FaceALMT | assembleiamt



DMD

COM SUA PARTICIPAÇÃO, SURGEM HISTÓRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

A participação ativa da população é essencial para o fortalecimento das ações da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Cada Câmara Setorial, Comissão, Lei ou projeto reflete os anseios e necessidades dos cidadãos.



"A CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA NOS DEU VOZ E VEZ DE ENCONTRO AOS NOSSOS ANSEIOS. ELA ABRIU ESSE ESPAÇO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM BENEFÍCIO AOS ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA."
SILVANA SALIMÃO
PRESIDENTE DA ONG AMOR ANIMAL



"A CÂMARA SETORIAL SOBRE SOLUÇÕES PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS TEVE PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA POPULAÇÃO. ELES PARTICIPARAM DAS REUNIÕES, FALARAM DAS SUAS REALIDADES DE VIDA E CONTRIBUÍRAM COM O DEBATE PARA A CONSTRUÇÃO DE LEIS."
JOSEVANE FONSECA
ASSESSORA PARLAMENTAR DA ALMT

